

Clipping Diário

TJPI



22.11.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	22.11.2018	-	-

Durma com essa

Não houve, ontem, o julgamento de José Enilson Couras, o conhecido Courinhas, porque o juiz Antônio de Jesus Noleto se declarou suspeito, alegando motivo de foro íntimo.

Não foi explicado que 'foro íntimo' seria esse.

E tem mais

A Juíza da segunda Vara do Júri, Zilnar Coutinho, não pode presidir o julgamento, porque sua irmã, Edinan Coutinho, é advogada de Ana Zélia Correia Lima, acusada de ser mandante do assassinato do seu marido o engenheiro José Castelo, o Castelinho.

Assim, não!

Houve de tudo para justificar o adiamento do julgamento de Courinhas. Apesar de o promotor Regis Marinho ter lido todo o processo, o advogado do pistoleiro, Leôncio Coelho alegou que com o passar dos anos, os depoimentos e demais peças do processo estavam ilegíveis. Acaba não, mundão!



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	22.11.2018	-	-

TJ determina o desbloqueio dos bens do escritório Almeida & Costa

A decisão do desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, é dessa terça-feira (20).



WANESSA GOMMES
TERESINA

21/11/2018 17h27 - atualizado 18h49

- O desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, da 4ª Câmara de Direito Público do [Tribunal de Justiça do Piauí](#), deferiu pedido para desbloquear os bens do escritório [Almeida & Costa – Advogados Associados – EPP](#), de propriedade dos advogados [Joaquim Almeida](#) e [Nelson Nery Costa](#), este último ex-presidente da OAB do Piauí e ex-presidente da Academia Piauiense de Letras. A decisão é dessa terça-feira (20).
- O bloqueio foi determinado pela juíza Luciana Cláudia Medeiros de Souza, da comarca de Piripiri, nos autos da ação civil de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público contra os escritórios Gomes Santos e Oliveira Advogados e Almeida & Costa – Advogados Associados – EPP, a prefeita de Brasileira, [Paula Araújo](#), e os advogados Carlos Douglas dos Santos Alves e Marcos Antônio de Sousa Araújo.

Inconformado, o Almeida & Costa – Advogados Associados – EPP ajuizou agravo de instrumento alegando “a inépcia da inicial por ausência de justa causa para o manejo da ação de improbidade, alegando inexistir lastro mínimo de indícios ou provas quanto à prática de condutas ímprobas e quanto à suposta autoria”.

- Argumentou ainda que não houve ato de improbidade por ter inexistido enriquecimento ilícito e, por via de consequência, dano ao erário, ressaltando que os atos da Administração Pública, a exemplo de sua contratação, são considerados legítimos até que se prove o contrário, em atenção ao princípio da presunção de legitimidade.
- Na decisão, o desembargador destacou que “no caso em exame, cotejando tão somente o limitado escopo da decisão interlocutória, percebe-se a fumaça do bom direito no fato de se ter determinado ali, de modo açodado, segundo me parece, o bloqueio de dinheiro da recorrente sem a necessária comprovação, de plano, de indícios de sua responsabilidade pelos supostos danos ao erário municipal de Brasileira”.

Por fim decidiu deferir o pedido para suspender o bloqueio dos bens do escritório e determinou o envio de ofício à juíza para os devidos fins, inclusive, o de providenciar o imediato e integral cumprimento desta decisão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	22.11.2018	-	-

'Orçamento terá foco em resultados e na austeridade', afirma Antonio Neto

em audiência pública realizada nesta quarta-feira (21), na Assembleia Legislativa do Piauí, o secretário estadual de Planejamento, Antonio Neto, afirmou que a execução orçamentária em 2019 será feita com mais rigor, evitando desperdícios, para que o estado possa se recuperar da crise fiscal em que se encontra.

"Esse orçamento vai permitir um equilíbrio do estado. Ao longo de 2019 e ao longo de 2020 nós teremos um estado muito mais equilibrado, porque o orçamento terá foco em resultados e na austeridade. Temos um cenário econômico de redução de receitas. Então, você tem que adequar a máquina e ver onde é que tem possibilidade de corte, para reduzir as despesas", afirma o titular da Seplan. orçamento bruto do Piauí para 2019 está estimado em R\$ 13 bilhões, aproximadamente.

Já a receita corrente líquida deve ficar em torno de R\$ 10 bilhões - montante que sobra após retirados os repasses para os municípios, para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e outras deduções legais. Sobre o repasse de recursos para os demais Poderes, Antonio Neto afirma que ficou acertado um reajuste equivalente à inflação acumulada no último ano.

"Houve um acerto por parte da equipe econômica do governo, e o governador já definiu que o valor [do reajuste dos orçamentos] será correspondente ao IPCA do período [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo], que dá uma reposição em torno de 4,5%. Isso é o máximo que o Executivo pode acordar, porque se ultrapassar esse valor algumas áreas estratégicas poderão ser comprometidas, como saúde e educação", afirma Antonio Neto.

O Tribunal de Justiça do Piauí terá um orçamento de R\$ 568 milhões, enquanto a Assembleia Legislativa do Piauí deve receber R\$ 362 milhões em 2019. O Ministério Público do Estado terá R\$ 212 milhões, e o Tribunal de Contas do Estado, R\$ 125 milhões. Por fim, a Defensoria Pública do Estado receberá R\$ 86 milhões, conforme a Proposta de Lei Orçamentária 2019 (PLOA- 2019).

O titular da Secretaria de Planejamento afirma que o governo se compromete a aumentar os valores repassados caso ocorra um superávit nas contas públicas do estado ao longo da execução orçamentária. **Concursos** - Antonio Neto reconhece que a possibilidade de realização de concursos é pequena, por conta das dificuldades econômicas enfrentadas pelo estado, mas diz que é possível haver novos certames nas áreas da saúde, da segurança pública e para a Universidade Estadual do Piauí (Uespi). "O importante é que o Projeto de Lei do Orçamento contempla todas as áreas do estado e,

apesar da crise fiscal que afeta o nosso país, esperamos chegar ao final do próximo ano com as contas equilibradas, executando uma proposta orçamentária que apresente resultados que atendam as demandas da sociedade”, declara Antonio Neto.

Orçamento terá aplicação de recursos regionalizada, para compensar arrocho fiscal

O secretário Antonio Neto explicou que, para conseguir contemplar todos municípios piauienses mesmo em tempos de arrocho fiscal, a proposta orçamentária para 2019 tem como uma de suas diretrizes a regionalização da aplicação dos recursos. De acordo com o gestor, a intenção do governo é distribuir o orçamento entre os 12 territórios de desenvolvimento que compõem o Piauí.

"Cada secretaria, cada órgão vai distribuir seu orçamento dentro dessa lógica. Então, essa é uma inovação. Nós tínhamos uma visão territorial, mas ela não estava sedimentada no orçamento. Agora, haverá uma ligação entre aquilo que é planejado e o que é executado. Surge a possibilidade de que essas ações sejam fiscalizadas pelos conselhos territoriais, que são formados por representantes da sociedade civil, das Prefeituras e das Câmaras Municipais", salienta o secretário. **Por:** Cícero Portela



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidades em Focos	22.11.2018	-	-

Governo autoriza reajuste de 4,5% para poderes e pede cortes de gastos no Piauí

A Assembleia Legislativa do Estado (Alepi) realizou audiência pública para discutir o Orçamento Geral de 2019. Os representantes dos Poderes mostraram insatisfação com o valor do orçamento e pediram aumento.

Os Poderes receberão reajuste linear de 4,5%. Porém, alguns Poderes que possuem outras fontes, terão reajuste com recursos dos fundos.

A Assembleia terá acréscimo de 5,53%, o que corresponde a R\$ 362 milhões. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) será de 5,21%, R\$ 125 milhões. O Tribunal de Justiça do Piauí deve ter ficar com 7,65%, que corresponde a R\$ 568 milhões. A Procuradoria Geral do Estado 5,53% e a Defensoria Pública 1,94%, que corresponde a R\$ 86 milhões.

A Segurança terá um reajuste de 52,97%, que corresponde a mais de R\$ 1 milhão. A Saúde terá aumento de 9,95%, cerca de R\$ 1,5 milhão. A Educação 0,15%, algo em torno de R\$ 1,9 milhão. Transportes terá orçamento de R\$ 331 milhões. As demais áreas somam R\$ 8.348.641.716. No caso da Secretaria de Infraestrutura irá ocorrer uma redução no valor de 39,79%.

Representando o Tribunal de Justiça, Russevelt Figueiredo, afirma que o Orçamento do órgão terá R\$ 25 milhões com o aumento dado a magistratura.

De acordo com a proposta do governo, o Tribunal de Justiça terá 7,65% de aumento. Ele queria algo em torno de 13%.

O orçamento do Tribunal de Justiça deve ficar em torno de R\$ 568 milhões. "O aumento da magistratura tratará impacto de R\$ 25 milhões. É um aumento impositivo. Deve existir sensibilidade do governo para trata desigualmente os desiguais. São 186 magistrados na ativa e na inativa. Pode

ser que ocorra a substituição do auxílio moradia reduzirá o aumento para R\$ 16 milhões. Mas não tem nada definido. Temos planos de carreiras em vigência que nos impõe progressões salariais que entendemos como crescimento impositivo isso acresce mais R\$ 12 milhões ano”, declarou.

O secretário de Planejamento, Antônio Neto, falou da necessidade dos Poderes se adequarem a realidade nacional com redução de gastos de pessoal.

“Os Poderes têm altos gastos com pessoal. Todos os Poderes. Esse é o grande problema. É preciso se adequar à realidade nacional de recessão. Se aumentar o Orçamento dos outros Poderes vamos ter que retirar de algum local. Vamos tirar da educação e saúde? Há uma questão de Justiça Social. Do orçamento total, 1 bilhão vai para os poderes”, afirmou.

Antônio Neto defende o cumprimento integral do orçamento. Segundo ele, isso garante o equilíbrio fiscal.

“O orçamento apresentado busca o equilíbrio fiscal do Estado. Se o governo tiver a capacidade política de cumprir o Orçamento, vamos equilibrar a situação fiscal que está em desequilíbrio muito forte. Todos sabem disso. Isso garante a folha de pagamento, o custeio e é as condições de investimentos”, afirmou.

Fonte: Lídia Brito / CidadeVerde



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde.com	22.11.2018	-	-

Merlong Solano contesta reajuste pedido pelo TJ ao orçamento do Estado

Em entrevista ao Acorda Piauí, da Rádio Cidade Verde, nesta quarta-feira (21), o ex-secretário de Governo Merlong Solano contestou a proposta de reajuste do orçamento apresentada pelo Tribunal de Justiça, que já prevê o impacto de um aumento salarial em 2019. Na visão de Solano, a majoração nos salários do Supremo Tribunal Federal (STF) não obriga os juízes do Piauí a também terem seus vencimentos reajustados.

"O que a lei diz é que o salário do desembargador deve ser até 90,25% do salário dos ministros do Supremo. Até! Não diz que precisa ser exatamente 90,25%", disse Merlong Solano.

Enquanto o TJ-PI apresentou um pedido de 13% no orçamento, o Governo enviou a proposta para a Assembleia Legislativa com aumento de apenas 2% nos valores para o Judiciário.

O ex-secretário de Governo lembrou que o efeito cascata do reajuste no STF, que pode impactar salários de desembargadores, deputados e promotores no Piauí, não é pago pelo orçamento federal. Merlon Solano disse que o Estado não pode ficar "sustentando poderes caros além da possibilidades do orçamento do Piauí".

"É o momento de todo mundo fazer sacrifício. O Poder Executivo terá que se adequar a essa realidade difícil que o país está vivendo. A economia parece que não vai voltar a crescer no ritmo que nós esperávamos que ela voltasse a crescer, depois de três anos parada e até caindo. E isso repercutirá forçosamente sobre as receitas dos estados", acrescentou.

"Não tem jeito. Na hora da dificuldade todo mundo tem que arcar com as dificuldades", completou.

Previdência

Merlon Solano falou sobre o problema da Previdência estadual, agravado pela diminuição no número de servidores efetivos ao longo do tempo.

"A Previdência tem que ser uma Previdência cidadã. O básico para que não tenha velhice na situação de miséria. Mas o padrão de vida de classe média alta e de rico não pode ser sustentado pela Previdência pública", defendeu.

Futuro

político

Suplente de deputado federal na próxima legislatura, Merlong Solano pode ir para a Câmara dos Deputados caso algum dos eleitos assumam cargo no Governo do Estado. O petista deu a entender que as chances disso ocorrer estão menores.

"Eu estava empolgado com a ideia de ir para Brasília como titular. Como suplente eu estou em dúvida. (...) Suplente não tem estabilidade, não tem direito às emendas. Mas, de qualquer forma, entendo a importância. Teria três anos de trabalho lá. Mas também entendo a importância de estar ao lado do governador Wellington Dias aqui, ajudando a gerir o Estado", afirmou.

Merlon Solano disse ainda que foi um erro o PT lançar um número maior de candidatos a deputado federal. Outras siglas concentraram seus votos em poucos candidatos e tiveram maior sucesso.